

RELATÓRIO & CONTAS

lithoformas

NIPC 500166773

Sede Social: Av. Barbosa Du Bocage, n.º 113, 4º

1050 - 031 Lisboa

Capital Social € 1.800.000,00

CRC Loures

www.lithoformas.pt

2018

ÍNDICE

Relatório de Gestão	3
Balanço Individual em 31 de Dezembro de 2018 e 2017	6
Demonstração de Resultados do período findo em 31 de Dezembro de 2018 e 2017	7
Demonstração dos Fluxos de Caixa do período findo em 31 de Dezembro de 2018 e 2017	8
Demonstração das Alterações no Capital Próprio do período findo em 31 de Dezembro de 2018 e 2017	9
Anexo do período findo em 31 de Dezembro de 2018	10
1. Identificação da Entidade	10
2. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras	10
3. Principais políticas contabilísticas	11
4. Fluxos de caixa	17
5. Partes relacionadas	18
6. Ativos Fixos Tangíveis	18
7. Propriedades de Investimento	19
8. Locações	20
9. Clientes	21
10. Estado e outros entes públicos	21
11. Outros créditos a receber e outras dívidas a pagar	21
12. Diferimentos	22
13. Ativos financeiros detidos para negociação	22
14. Capital Próprio	23
15. Provisões e passivos contingentes	23
16. Financiamentos obtidos	24
17. Fornecedores	24
18. Rédito	24
19. Fornecimentos e serviços Externos	24
20. Gastos com pessoal	25
21. Outros rendimentos	25
22. Outros gastos	25
23. Imposto sobre o rendimento	26
24. Resultado por ação	27
25. Gestão do Risco	27
26. Proposta de aplicação de Resultados	28
27. Acontecimentos subsequentes	28
28. Outras divulgações	28

Relatório de Gestão

Enquadramento e evolução da actividade

Através do presente relatório de gestão, vem a Administração da Litho Formas, S.A. dar conhecimento aos Acionistas, da situação financeira e dos resultados da atividade exercida no período económico findo em 31 de Dezembro de 2018.

O ano de 2018 foi para a Litho Formas, um ano de estabilidade, tanto no contexto estrutural, como organizacional. O ano ficou marcado pelo cumprimento do contrato de cedência temporária do gozo e utilização do estabelecimento industrial com a Copidata, S.A., bem como a redução dos gastos e obrigações para com terceiros. No decorrer do ano, a Litho Formas cumpriu com as suas obrigações para com os clientes e fornecedores. Contudo, existe ainda um diferendo na interpretação do contrato de compra e venda, relativamente ao reconhecimento da dívida dos bens activos fixos tangíveis que se encontram em sistema de *leasing* financeiro, o que resultou numa ação judicial intentada pela Copidata, a qual foi contestada pela Litho Formas e que, originou uma sentença judicial favorável à Litho Formas. Além desta ação judicial, a Litho Formas foi alvo de outra ação, intentada pelo Sr. Eng. Miguel Abranches Pinto, antigo administrador da sociedade, que veio reclamar prémios de produtividade relativos aos anos de 2013, 2014 e 2015. Esta ação também foi contestada pela Litho Formas e a sentença judicial também foi favorável à Litho Formas.

A sociedade detém um total de 12.101 ações próprias com o valor nominal de €3,60, e vem informar a inexistência de sucursais da Litho Formas e da inexistência de quaisquer negócios entre a sociedade e os seus administradores.

A empresa não tem em mora qualquer dívida à Autoridade Tributária, nem à Segurança Social, ou a quaisquer outras entidades públicas ou privadas.

Para 2019, prevê-se uma continuação do sucedido em 2018, derivada da intenção de cumprir o contrato de cedência temporária do gozo e utilização do estabelecimento industrial, bem como da redução dos gastos da sociedade.

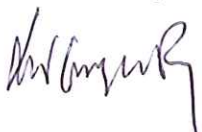
A Administração da empresa agradece a colaboração prestada pelo Conselho Fiscal, pela Mesa da Assembleia, pelos Colaboradores e todos os parceiros de negócio.

Proposta de aplicação de resultados

A Administração propõe que ao resultado líquido negativo do exercício, no montante de € 5.907,74 (cinco mil novecentos e sete euros e setenta e quatro cêntimos), seja levado à conta de resultados transitados.

Lisboa, 20 de fevereiro de 2019

A Administração



Anexo ao Relatório de Gestão

Composição dos Órgãos Sociais:

Mesa da Assembleia Geral

Presidente: Benjamim Mendes

Secretário: Marco Custódio

Conselho de Administração

Vogal: Luís Filipe Gonçalves Pereira

Vogal: Julia Suzanne Katherina Saalfeld

Conselho Fiscal

Presidente: PKF & Associados, SROC, Lda (Nº 152), efetivo (registada no Registo de Auditores da CMVM sob nº 20161462)

Representada por José de Sousa Santos (ROC nº 804) e

Suplente Paulo Jorge Macedo Gamboa (ROC nº 1.068)

Vogal: Maria João Rodrigues da Cunha Martins Cardoso

Vogal: Yvonne Stolz-Longaker



Participações no Capital Social:

Participações dos membros do Conselho de Administração no Capital da empresa (nos termos do nº 5 do artº 447 C.S.C.):

Membros do Conselho de Administração titulares de ações a 31.12.2016

Julia Suzanne Katherina Saalfeld	146.500
Luís Filipe Gonçalves Pereira	56.110 (*)
(*) - As ações encontram-se averbadas em nome de Forum Villae, Lda	

Participações Qualificadas (artº 20 do C.V.M)

Julia Suzanne Katherina Saalfeld	146.500
Gisela Saalfeld Bruckert	101.000
Fórum Villae, Lda	56.110
Trustworthy	50.182
Raquel de Castro Roque Lourenço Pinheiro	50.000



Balanço Individual em 31 de Dezembro de 2018 e 2017

Em Euros

Activo	Notas	31/12/2018	31/12/2017
<u>Ativo não corrente</u>			
Ativos fixos tangíveis	6	5 444	13 609
Propriedades de investimento	7	1 931 684	2 044 360
Outros investimentos financeiros		362	325
		<u>1 937 490</u>	<u>2 058 294</u>
<u>Ativo corrente</u>			
Clientes	9	131 539	111 655
Estado e outros entes públicos	10	5 979	7 109
Outros créditos a receber	11	21 215	42 702
Diferimentos	12	1 975	2 177
Ativos financeiros detidos para negociação	13	4 282	11 307
Caixa e depósitos bancários	4	513 166	664 002
		<u>678 157</u>	<u>838 952</u>
Total do ativo		<u>2 615 647</u>	<u>2 897 246</u>
Capital Próprio e Passivo	Notas	31/12/2018	31/12/2017
<u>Capital próprio</u>			
Capital subscrito		1 800 000	2 000 000
Ações próprias		(31 633)	(36 473)
Reservas legais		381 703	381 703
Outras reservas		909 596	909 596
Resultados transitados		(811 911)	(737 243)
Resultado líquido do período		(5 908)	(74 668)
Total do capital próprio	14	<u>2 241 848</u>	<u>2 442 915</u>
<u>Passivo</u>			
<u>Passivo não corrente</u>			
Provisões	15	-	13 653
Financiamentos obtidos	16	-	20 525
Passivos por impostos diferidos	23	279 881	298 236
		<u>279 881</u>	<u>332 414</u>
<u>Passivo corrente</u>			
Fornecedores	17	11 304	19 558
Estado e outros entes públicos	10	9 316	8 677
Financiamentos obtidos	16	14 855	28 213
Outras dívidas a pagar	11	38 264	45 334
Diferimentos	12	20 180	20 136
		<u>373 800</u>	<u>454 331</u>
Total do passivo		<u>373 800</u>	<u>454 331</u>
Total do capital próprio e do passivo		<u>2 615 647</u>	<u>2 897 246</u>

Lisboa, 20 de fevereiro de 2019

A Contabilista Certificada



A Administração



Demonstração dos Resultados do período findo em 31 de Dezembro de 2018 e 2017

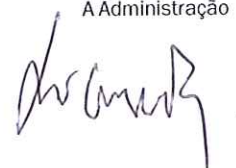
		Em Euros	
Rendimentos e Gastos	Notas	2018	2017
Vendas e serviços prestados	18	240 808	247 297
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas		-	(7 732)
Fornecimentos e serviços externos	19	(123 034)	(128 237)
Gastos com pessoal	20	(7 692)	(17 820)
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)		-	(28 795)
Provisões (aumentos / reduções)	15	13 653	-
Aumentos/reduções de justo valor	13	(7 025)	(1 138)
Outros rendimentos	21	2 668	48 444
Outros gastos	22	(18 241)	(78 414)
		<u>101 137</u>	<u>33 605</u>
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos			
Gastos / reversões de depreciação e de amortização	6/7	(120 841)	(120 841)
		<u>(19 704)</u>	<u>(87 236)</u>
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)			
Juros e gastos similares suportados	16	(336)	(338)
		<u>(20 040)</u>	<u>(87 574)</u>
Resultado antes de impostos			
Imposto sobre o rendimento do período	10	14 132	12 906
		<u>(5 908)</u>	<u>(74 668)</u>
Resultado líquido do período			
		<u>(0,01)</u>	<u>(0,15)</u>

Lisboa, 20 de fevereiro de 2019

A Contabilista Certificada



A Administração



Demonstração dos Fluxos de Caixa do período findo em 31 de Dezembro de 2018 e 2017

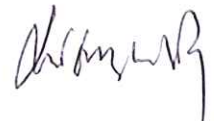
		Em Euros	
	Notas	2018	2017
<u>Fluxos de caixa das atividades operacionais</u>			
Recebimento clientes		300 289	280 798
Pagamentos a fornecedores		(141 361)	(147 845)
Pagamentos ao pessoal		(9 182)	(17 820)
Caixa gerada pelas operações		<u>149 747</u>	<u>115 133</u>
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		(4 561)	68 160
Outros recebimentos/pagamentos		<u>(68 416)</u>	<u>(48 256)</u>
Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)		<u><u>76 769</u></u>	<u><u>135 037</u></u>
<u>Fluxos de caixa das atividades de investimento</u>			
Recebimentos provenientes de:			
Investimentos financeiros		-	2 500
Outros ativos		-	235
Dividendos		60	30
		<u>60</u>	<u>2 765</u>
Fluxos de caixa das atividades de investimento (2)		<u><u>60</u></u>	<u><u>2 765</u></u>
<u>Fluxos de caixa das atividades de financiamento</u>			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos		-	-
		<u>-</u>	<u>-</u>
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos		(33 882)	(89 686)
Juros e gastos similares		(336)	(957)
Reduções de capital e de outros instrumentos de capital próprio		<u>(193 447)</u>	<u>-</u>
		<u>(227 665)</u>	<u>(90 643)</u>
Fluxos de caixa das atividades de financiamento (3)		<u><u>(227 665)</u></u>	<u><u>(90 643)</u></u>
Varição de caixa e seus equivalentes (4)=(1)+(2)+(3)		(150 836)	47 158
Efeito das diferenças de câmbio			
Caixa e seus equivalentes no início do período	4	664 002	616 843
Caixa e seus equivalentes no fim do período	4	513 166	664 002

Lisboa, 20 de fevereiro de 2019

A Contabilista Certificada



A Administração



Demonstração das alterações no Capital Próprio do período findo em 31 de Dezembro de 2018

		Em Euros						
	Notas	Capital subscrito	Ações próprias	Reservas legais	Outras reservas	Resultados transitados	Resultado líquido do período	Total do capital próprio
<u>No período de 2017</u>								
Posição em 1 de janeiro de 2017		2 000 000	(36 473)	381 703	909 596	(628 513)	(108 730)	2 517 583
Alterações no período		-	-	-	-	(108 730)	108 730	-
Aplicação do resultado de 2016		2 000 000	(36 473)	381 703	909 596	(737 243)	-	2 517 583
Resultado líquido do período		-	-	-	-	-	(74 668)	(74 668)
Resultado integral		-	-	-	-	-	(74 668)	(74 668)
Posição em 31 de dezembro de 2017		2 000 000	(36 473)	381 703	909 596	(737 243)	(74 668)	2 442 915
<u>No período de 2018</u>								
Posição em 1 de janeiro de 2018		2 000 000	(36 473)	381 703	909 596	(737 243)	(74 668)	2 442 915
Alterações no período		-	-	-	-	(74 668)	74 668	-
Aplicação do resultado de 2017	14	2 000 000	(36 473)	381 703	909 596	(811 911)	(5 908)	2 442 915
Resultado líquido do período		-	-	-	-	-	(5 908)	(5 908)
Resultado integral		-	-	-	-	-	(5 908)	(5 908)
Operações com detentores de capital no período		(200 000)	4 840	-	-	-	-	(195 160)
Redução de capital	14	1 800 000	(31 633)	381 703	909 596	(811 911)	(5 908)	2 241 848
Posição em 31 de dezembro de 2018		1 800 000	(31 633)	381 703	909 596	(811 911)	(5 908)	2 241 848

Lisboa, 20 de fevereiro de 2019

A Contabilista Certificada

T. P. Almeida Ribeiro Costa

A Administração

[Handwritten Signature]

ANEXO DO PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

(Valores expressos em euros)

1. Identificação da Entidade

A Litho Formas, S.A. (“Litho Formas” ou “Empresa”) é uma sociedade anónima aberta, constituída em 1966 por um grupo de investidores com visão, que apostaram na produção de um novo e revolucionário produto: formulário em papel contínuo para computador.

A Litho Formas tem sede na Avenida Barbosa do Bocage, 113-4, em Lisboa, e está registada na Conservatória do Registo Comercial sob o número único de matrícula e pessoa coletiva 500.166.773.

Em 30 de dezembro de 2015, a Litho Formas contratualizou com a Copidata, S.A. a venda do seu negócio, compreendendo, a venda/cedência definitiva de:

- Um conjunto de ativos fixos tangíveis, designadamente a generalidade das suas máquinas e equipamentos.
- Os inventários que eram detidos pela Empresa à data do contrato.
- Posições contratuais passivas e os passivos expressamente identificados contratualmente.
- Posição empregadora nos contratos de trabalho elencados contratualmente.

Foi ainda acordada a cedência temporária do gozo e utilização, em favor da Copidata, dos imóveis da Litho Formas, nos quais estava instalado o seu estabelecimento industrial, através da celebração entre as partes de um contrato de prestação de serviços, que inclui para além do uso das instalações, serviços de segurança, portaria e jardinagem, que a Litho Formas subcontrata.

A Administração entende que as demonstrações financeiras refletem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Sociedade em 31 de dezembro de 2018, as suas operações, o seu desempenho e os fluxos de caixa no período findo naquela data, de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

As demonstrações financeiras foram aprovadas para emissão pelo Conselho de Administração em 20 de fevereiro de 2019. De acordo com a legislação comercial em vigor, as demonstrações financeiras estão ainda sujeitas a aprovação pela Assembleia Geral.

2. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram preparadas no quadro das disposições em vigor em Portugal, em conformidade com o Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de julho, republicado pelo Decreto-Lei n.º 98/2015, de 2 de junho, e de acordo com a estrutura conceptual, Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro (“NCRF”) e Normas Interpretativas (“NI”) consignadas nos avisos 15652/2009, 15653/2009 e 15655/2009, de 27 de agosto de 2009, republicadas nos avisos 8254/2015, 8255/2015, 8256/2015, 8257/2015, 8258/2015 e 8259/2015, de 29 de julho, as quais, no seu conjunto, constituem o Sistema de Normalização Contabilística (“SNC”).

De ora em diante, o conjunto daquelas normas e interpretações será designado genericamente por “NCRF”.

Os valores das notas e dos quadros nelas insertos estão expressos em euros, salvo indicação em contrário.

Os registos contabilísticos da Empresa são mantidos em cêntimos de euro. Por se haver optado pela apresentação das demonstrações financeiras em euros certos, poderão verificar-se pequenas diferenças resultantes de arredondamentos.

Na preparação das demonstrações financeiras de 2018 não foram derogadas quaisquer normas que integram o Sistema de Normalização Contabilística.

As políticas contabilísticas e os critérios de mensuração adotados em 31 de dezembro de 2018 são comparáveis com os utilizados na preparação dos comparativos de 31 de dezembro de 2017, não ocorreram alterações significativas de estimativas, nem foram identificados erros que devessem ter sido corrigidos.

3. Principais políticas contabilísticas

As principais políticas contabilísticas adotadas na preparação das demonstrações financeiras são as seguintes:

3.1 Bases de apresentação

As demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da Empresa mantidos de acordo com as NCRF.

A Administração procedeu à avaliação da capacidade da Empresa operar em continuidade, tendo por base toda a informação relevante, factos e circunstâncias, de natureza financeira, comercial ou outra, incluindo acontecimentos subsequentes à data de referência das demonstrações financeiras, disponível sobre o futuro. Em resultado da avaliação efetuada, a Administração concluiu que, a Empresa dispõe de recursos adequados para manter as atividades, não havendo intenção de cessar as atividades no curto prazo, pelo que considerou adequado o uso do pressuposto da continuidade das operações na preparação das demonstrações financeiras.

3.2 Moeda de apresentação

As demonstrações financeiras estão apresentadas em euros, constituindo esta a moeda funcional e de relato. Neste sentido, os saldos em aberto e as transações em moeda estrangeira foram transpostos para a moeda funcional utilizando as taxas de câmbio em vigor na data do balanço, para os saldos em aberto, e nas datas das transações realizadas.

Os ganhos ou perdas de natureza cambial daqui decorrentes são reconhecidos na demonstração dos resultados.

3.3 Propriedades de investimento

As propriedades de investimento, as quais correspondem à aquisição do complexo industrial localizado em S. João da Talha, encontram-se mensuradas pelo respetivo custo de aquisição deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas, nos termos previstos na NCRF 11.

As depreciações são calculadas após o momento em que o bem se encontra em condições de ser utilizado, de acordo com o método das quotas constantes, em conformidade com o período de vida útil estimado.

A vida útil estimada e o método de depreciação dos vários bens são revistos anualmente. O efeito de alguma alteração a estas estimativas é reconhecido prospetivamente na demonstração dos resultados.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem às seguintes vidas úteis estimadas:

Classe	Vida útil estimada (anos)
Edifícios e outras construções	5 - 50

As despesas com reparação e manutenção destes ativos são consideradas como gastos do período em que ocorrem. As beneficiações relativamente às quais se estima que gerem benefícios económicos adicionais futuros são capitalizadas no item de propriedades de investimento.

3.4 Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis encontram-se mensurados pelo respetivo custo de aquisição deduzido das depreciações acumuladas e eventuais perdas por imparidade acumuladas, nos termos previstos na NCRF 7.

As depreciações são calculadas após o momento em que o bem se encontra em condições de ser utilizado, de acordo com o método das quotas constantes, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

Não foram apuradas depreciações por componentes.

Os bens de reduzido valor têm uma vida útil estimada de um ano.

As vidas úteis estimadas e o método de depreciação dos vários bens são revistos anualmente. O efeito de alguma alteração a estas estimativas é reconhecido prospetivamente na demonstração dos resultados.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem às seguintes vidas úteis estimadas:

Classe	Vida útil estimada (anos)
Equipamentos de transporte	4 - 5

As despesas com reparação e manutenção destes ativos são consideradas como gastos do período em que ocorrem. As beneficiações relativamente às quais se estima que gerem benefícios económicos adicionais futuros são capitalizadas na rubrica de ativos fixos tangíveis.

O ganho (ou a perda) resultante da alienação ou abate de um ativo fixo tangível é determinado como a diferença entre o justo valor do montante recebido na transação ou a receber e a quantia líquida de depreciações acumuladas, escriturada do ativo e é reconhecido em resultados no período em que ocorre o abate ou a alienação.

3.5 Imparidade de ativos fixos tangíveis e propriedades de investimento

Em cada data de relato é efetuada uma revisão das quantias escrituradas dos ativos fixos tangíveis e das propriedades de investimento da Empresa com vista a determinar se existe algum indicador de que os mesmos possam estar em imparidade. Se existir algum indicador, é estimada a quantia recuperável dos respetivos ativos (ou da unidade geradora de caixa) a fim de determinar a extensão da perda por imparidade (se for o caso). Quando não é possível determinar a quantia recuperável de um ativo individual, é estimada a quantia recuperável da unidade geradora de caixa a que esse ativo pertence.

A quantia recuperável do ativo ou da unidade geradora de caixa consiste no maior de entre: (i) o justo valor deduzido de custos para vender; e (ii) o valor de uso. Na determinação do valor de uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados usando uma taxa de desconto antes de impostos que reflita as expectativas do mercado quanto ao valor temporal do dinheiro e quanto aos riscos específicos do ativo ou da unidade geradora de caixa relativamente aos quais as estimativas de fluxos de caixa futuros não tenham sido ajustadas.

Sempre que a quantia escriturada do ativo (ou da unidade geradora de caixa) for superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade. A perda por imparidade é registada de imediato na demonstração dos resultados na rubrica de "Perdas por imparidade", salvo se tal perda compensar um excedente de revalorização registado no capital próprio. Neste último caso, tal perda será tratada como um decréscimo daquela revalorização.

A reversão de perdas por imparidade reconhecidas em exercícios anteriores é registada quando existem evidências de que as perdas por imparidade reconhecidas anteriormente já não existem ou diminuíram. A reversão das perdas por imparidade é reconhecida na demonstração dos resultados na rubrica de "Reversões de perdas por imparidade". A reversão da perda por imparidade é efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (líquida de depreciações) caso a perda por imparidade anterior não tivesse sido registada.

3.6 Locações

As locações são classificadas como financeiras sempre que os seus termos transferem substancialmente os riscos e benefícios associados à propriedade do bem para o locatário. As restantes locações são classificadas como operacionais. A classificação das locações é feita em função da substância e não da forma do contrato.

Os ativos adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades, são registados no início da locação pelo menor de entre o justo valor dos ativos e o valor presente dos pagamentos mínimos da locação. Os pagamentos de locações financeiras são repartidos entre encargos financeiros e redução da responsabilidade, de modo a ser obtida uma taxa de juro constante sobre o saldo pendente da responsabilidade.

Os pagamentos de locações operacionais são reconhecidos como gasto numa base linear durante o período da locação.

3.7 Ativos e passivos financeiros

Os ativos e os passivos financeiros são mensurados ao custo ou custo amortizado, uma vez que apresentam as seguintes características:

- São à vista ou têm uma maturidade definida; e
- Têm associado um retorno fixo ou determinável; e
- Não são instrumentos financeiros derivados ou não incorporam instrumentos financeiros derivados.

O custo amortizado é determinado através do método do juro efetivo. O juro efetivo é calculado através da taxa que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos futuros estimados durante a vida esperada do instrumento financeiro na quantia líquida escriturada do ativo ou passivo financeiro (taxa de juro efetiva).

Nesta categoria incluem-se, conseqüentemente, os seguintes ativos e passivos financeiros:

a) Clientes e outros créditos a receber

Os saldos de clientes e de outros créditos a receber são registados ao custo amortizado deduzido de eventuais perdas por imparidade. Usualmente, o custo amortizado destes ativos financeiros não difere do seu valor nominal.

b) Caixa e depósitos bancários

Os montantes incluídos na rubrica de “Caixa e depósitos bancários” correspondem aos valores em caixa, aos depósitos bancários à ordem e aos depósitos a prazo e outras aplicações de tesouraria vencíveis a menos de três meses e para os quais o risco de alteração de valor é insignificante.

c) Fornecedores e outras dívidas a pagar

Os saldos de fornecedores e de outras dívidas a pagar são registados ao custo amortizado. Usualmente, o custo amortizado destes passivos financeiros não difere do seu valor nominal.

3.8 Imparidade de ativos financeiros

Os ativos financeiros mensurados ao custo ou ao custo amortizado são sujeitos a testes de imparidade em cada data de relato. Tais ativos financeiros encontram-se em imparidade quando existe uma evidência objetiva de que, em resultado de um ou mais acontecimentos ocorridos após o seu reconhecimento inicial, os seus fluxos de caixa futuros estimados são afetados.

Para os ativos financeiros mensurados ao custo amortizado, a perda por imparidade a reconhecer corresponde à diferença entre a quantia escriturada do ativo e o valor presente na data de relato dos novos fluxos de caixa futuros estimados descontados à respetiva taxa de juro efetiva original.

Para os ativos financeiros mensurados ao custo, a perda por imparidade a reconhecer corresponde à diferença entre a quantia escriturada do ativo e a melhor estimativa do justo valor do ativo na data de relato.

As perdas por imparidade são registadas em resultados na rubrica “Perdas por imparidade” no período em que são determinadas.

Subsequentemente, se o montante da perda por imparidade diminui e tal diminuição pode ser objetivamente relacionada com um acontecimento que teve lugar após o reconhecimento da perda, esta deve ser revertida por resultados. A reversão deve ser efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida caso a perda não tivesse sido inicialmente registada. A reversão de perdas por imparidade é registada em resultados na rubrica “Reversões de perdas por imparidade”.

3.9 Ativos financeiros detidos para negociação

Os ativos financeiros detidos para negociação são mensurados ao justo valor após o reconhecimento inicial são agrupados de acordo com a possibilidade de observar no mercado o seu justo valor:

Nível 1: O justo valor é determinado com base em preços de mercado ativos.

Nível 2: Restantes ativos e passivos financeiros (excluindo instrumentos derivados) – modelos de valorização geralmente aceites, baseados em fluxos de caixa descontados, utilizando, tanto quanto possível, informação de mercado observável, sendo ajustados por referência a transações de mercado recentes.

Nível 3: Instrumentos derivados não cotados em mercado ativos e líquidos – (a) modelos de valorização de opções para opções; (b) modelos baseados em fluxos de caixa descontados com recurso a “yield curves” apropriadas à duração dos instrumentos, no caso de *forwards* e *swaps*.

O justo valor dos ativos financeiros detidos para negociação foi determinado com base na cotação dos respetivos títulos cotados em mercado regulamentado.

3.10 Desreconhecimento de ativos e passivos financeiros

A Empresa desreconhece ativos financeiros apenas quando os direitos contratuais aos seus fluxos de caixa expiram por cobrança, ou quando transfere para outra entidade o controlo desses ativos financeiros e os riscos e benefícios significativos associados à posse dos mesmos.

A Empresa desreconhece passivos financeiros apenas quando a correspondente obrigação é liquidada, cancelada ou expire.

3.11 Rédito e regime do acréscimo

O rédito é mensurado pelo justo valor da contraprestação recebida ou a receber pelas vendas e pelas prestações de serviços decorrentes da actividade normal da Empresa. O rédito é reconhecido líquido do Imposto sobre o Valor Acrescentado (“IVA”), abatimentos e descontos.

Nos termos da NCRF 20, o rédito só é reconhecido quando é possível mensurá-lo com fiabilidade e seja provável que se obtenham benefícios económicos futuros.

O rédito proveniente das prestações de serviços é reconhecido com referência à fase de acabamento da transacção/serviço à data do relato, desde que todas as seguintes condições sejam satisfeitas:

- o montante do rédito pode ser mensurado com fiabilidade;
- é provável que benefícios económicos futuros associados à transacção fluam para a Empresa;
- os gastos incorridos ou a incorrer com a transacção podem ser mensurados com fiabilidade.

A Empresa regista os seus rendimentos e gastos de acordo com o regime do acréscimo, pelo qual os rendimentos e gastos são reconhecidos à medida que são gerados, independentemente do momento do respectivo recebimento ou pagamento. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos gerados são registadas como “Outros créditos a receber”, “Outras dívidas a pagar” e “Diferimentos”.

3.12 Imposto sobre o rendimento

O imposto sobre o rendimento do período registado na demonstração dos resultados corresponde à soma do imposto corrente com os impostos diferidos. Os impostos correntes e os impostos diferidos são registados em resultados, salvo quando os impostos diferidos se relacionam com itens registados diretamente no capital próprio, caso em que são registados no capital próprio.

O imposto corrente sobre o rendimento é calculado com base no lucro tributável do exercício. O lucro tributável difere do resultado contabilístico, uma vez que exclui diversos gastos e rendimentos que apenas serão dedutíveis ou tributáveis em outros exercícios, bem como gastos e rendimentos que nunca serão dedutíveis ou tributáveis, de acordo com as regras fiscais em vigor.

A Empresa encontra-se sujeita a Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC) à taxa de 21% sobre a matéria coletável. Ao valor de coleta de IRC assim apurado, acresce ainda derrama e tributações autónomas sobre os encargos e às taxas legalmente previstas.

Os impostos diferidos referem-se às diferenças temporárias entre os montantes dos ativos e dos passivos para efeitos de relato contabilístico e os respetivos montantes para efeitos de tributação. Os ativos e os passivos por impostos diferidos são mensurados utilizando as taxas de tributação que se espera estarem em vigor à data da reversão das correspondentes diferenças temporárias, com base nas taxas de tributação que estejam formalmente emitidas na data de relato.

Os passivos por impostos diferidos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias tributáveis e os ativos por impostos diferidos são reconhecidos para as diferenças temporárias dedutíveis para as quais existem expectativas razoáveis de lucros fiscais futuros suficientes para utilizar esses ativos por impostos diferidos, ou diferenças temporárias tributáveis que revertam no mesmo período de reversão das diferenças temporárias dedutíveis. Em cada data de relato é efetuada uma revisão dos ativos por

impostos diferidos, sendo os mesmos ajustados em função das expectativas quanto à sua utilização futura.

3.13 Encargos financeiros com empréstimos obtidos

Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos são reconhecidos como gastos à medida que são incorridos.

Os encargos financeiros de empréstimos obtidos diretamente relacionados com a aquisição de ativos que se qualificam, são capitalizados, sendo parte integrante do seu custo de aquisição.

A capitalização destes encargos financeiros tem início quando começam a ser incorridos dispêndios com o ativo e quando estiverem em curso as atividades necessárias para preparar o ativo para o seu uso pretendido ou para a sua venda. Tal capitalização cessa quando substancialmente todas as atividades necessárias para preparar o ativo para o seu uso pretendido ou para a sua venda estejam concluídas. A capitalização é suspensa durante os períodos extensos em que o desenvolvimento das atividades atrás referidas seja interrompido. Quaisquer rendimentos gerados por empréstimos obtidos antecipadamente relacionados com um investimento específico são deduzidos aos encargos financeiros elegíveis para capitalização.

3.14 Acontecimentos após a data do balanço

Os acontecimentos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam até essa data são refletidos nas demonstrações financeiras. Caso existam acontecimentos materialmente relevantes após a data do balanço, que proporcionam informação sobre condições ocorridas após aquela data, são divulgados neste anexo.

3.15 Juizados de valor críticos e principais fontes de incerteza associadas a estimativas

As estimativas e julgamentos com impacto nas demonstrações financeiras da Empresa são continuamente avaliados, representando à data de cada relato a melhor estimativa da Administração, tendo em conta o desempenho histórico, a experiência acumulada e as expectativas sobre eventos futuros que, nas circunstâncias em causa, se acreditam serem razoáveis.

A natureza intrínseca das estimativas pode levar a que o reflexo real das situações que haviam sido alvo de estimativa possam, para efeitos de relato financeiro, vir a diferir dos montantes estimados. As estimativas e os julgamentos que apresentam um risco significativo de originar um ajustamento material no valor contabilístico de ativos e passivos no decurso do período seguinte são as que seguem:

3.15.1 Provisões

A Empresa analisa de forma periódica eventuais obrigações que resultem de eventos passados e que devam ser objeto de reconhecimento ou divulgação.

A subjetividade inerente à determinação da probabilidade e montante de recursos internos necessários para o pagamento das obrigações poderá conduzir a ajustamentos significativos, quer por variação dos pressupostos utilizados, quer pelo futuro reconhecimento de provisões anteriormente divulgadas como passivos contingentes.

Durante o ano de 2018, não se verificou qualquer evento suscetível de gerar a necessidade da criação de criação de provisões.



3.15.2 Passivos contingentes

Os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados sempre que a possibilidade de existir uma saída de recursos, englobando benefícios económicos, seja possível e não remota.

Em 31 de Dezembro de 2018, encontrava-se ainda pendente uma ação judicial intentada pela Copidata contra a Litho Formas (Procº 32040/16.2T8LSB Instância Central Cível de Lisboa, 1ª Secção Cível - J7), através da qual a Copidata pedia que fosse considerado não escrito parte do contrato de transferência de ativos celebrado em 2015, designadamente, a parte em que a mesma assume a responsabilidade pelo pagamento das dívidas referentes aos contratos de locação financeira em vigor na data de celebração desse contrato. O Tribunal de Primeira Instância emitiu sentença dando razão à Litho Formas no sentido da sua absolvição. A copidata recorreu dessa decisão para o Tribunal da Relação de Lisboa, aguardando-se a prolação do respetivo acórdão, o qual, atendendo à decisão do tribunal de primeira instância se prevê venha a ser favorável.

3.15.3 Activos fixos tangíveis, propriedades de investimento

A estimativa das vidas úteis destes activos, bem como o método de depreciação a aplicar é essencial para determinar o montante das depreciações a reconhecer na demonstração dos resultados de cada período.

Estes dois parâmetros são definidos de acordo com o melhor julgamento da Administração para os activos em questão.

3.15.4 Imparidades

A determinação de uma eventual perda por imparidade pode ser desencadeada pela ocorrência de diversos eventos, muitos dos quais fora da esfera de influência da Empresa, tais como: a disponibilidade futura de financiamento, o custo de capital ou quaisquer outras alterações, quer internas quer externas.

A identificação dos indicadores de imparidade, a estimativa de fluxos de caixa futuros e a determinação do justo valor de ativos implicam um elevado grau de julgamento por parte da Administração no que respeita à identificação e avaliação dos diferentes indicadores de imparidade, fluxos de caixa esperados, taxas de desconto aplicáveis, vidas úteis e valores residuais.

4. Fluxos de caixa

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, caixa e seus equivalentes inclui numerário, depósitos bancários imediatamente mobilizáveis (de prazo inferior ou igual a três meses).

Em 31 de dezembro de 2018 e de 2017, a rubrica de “Caixa e depósitos bancários” (balanço)/“Caixa e seus equivalentes” (demonstração dos fluxos de caixa) apresentava a seguinte composição:

	31-12-2018	31-12-2017
Depósitos à ordem	512.978	663.814
Caixa	188	188
	<u>513.166</u>	<u>664.002</u>

5. Partes relacionadas

Com referência aos períodos findos em 31 dezembro de 2018 e de 2017, a Administração identificou as seguintes partes relacionadas:

Entidade	Designação	NIPC	País
Gardénia Real - Imobiliária, Lda.	Gardénia Real	507264347	Portugal
Gardenia Consulting - Contabilidade e Consultoria, S.A.	Gardenia Consulting	506686477	Portugal

Em 31 de dezembro de 2018 e de 2017, a Empresa não apresentava saldos com entidades relacionadas, tendo efectuado as seguintes transacções nos períodos findos naquelas datas, com partes relacionadas:

Entidade	31-12-2018	31-12-2017	
	FSE (Nota 19)	FSE (Nota 19)	Outros gastos (Nota 22)
Gardenia Real	24.000	24.000	4.000
Gardenia Consulting	3.600	-	-
	<u>27.600</u>	<u>24.000</u>	<u>4.000</u>

6. Ativos fixos tangíveis

Durante os períodos findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017, os movimentos ocorridos nas rubricas ativos fixos tangíveis, bem como nas respectivas depreciações e perdas por imparidade acumuladas, foram os seguintes:

	<u>Equipamento de transporte</u>
<u>Em 1 de janeiro de 2017</u>	
Custo de aquisição	32 660
Depreciações acumuladas	(10 886)
Valor líquido	<u>21 774</u>
<u>Movimentos em 2017</u>	
Depreciações do período	(8 165)
	<u>(8 165)</u>
<u>Em 31 de dezembro de 2017</u>	
Custo de aquisição	32 660
Depreciações acumuladas	(19 051)
Valor líquido	<u>13 609</u>
<u>Movimentos em 2018</u>	
Depreciações do período	(8 165)
	<u>(8 165)</u>
<u>Em 31 de dezembro de 2018</u>	
Custo de aquisição	32 660
Depreciações acumuladas	(27 216)
Valor líquido	<u>5 444</u>

7. Propriedades de investimento

Em 2013, a Empresa transferiu um edifício registado como ativo fixo tangível para propriedades de investimento por ficar disponível para arrendamento, tendo em 2015 transferido os restantes edifícios e o subjacente terreno.

Durante os períodos findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017, os movimentos ocorridos na rubrica propriedades de investimento, bem como nas respectivas depreciações e perdas por imparidade acumuladas, foram os seguintes:

	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Total
Em 1 de janeiro de 2017			
Custo de aquisição	625 000	3 961 918	4 586 918
Depreciações acumuladas	-	(2 429 555)	(2 429 555)
Valor líquido	625 000	1 532 364	2 157 364
Movimentos em 2017			
Depreciações do período	-	(112 676)	(112 676)
Regularizações	-	(328)	(328)
Em 31 de dezembro de 2017			
Custo de aquisição	625 000	3 961 918	4 586 918
Depreciações acumuladas	-	(2 542 558)	(2 542 558)
Valor líquido	625 000	1 419 360	2 044 360
Movimentos em 2018			
Depreciações do período	-	(112 676)	(112 676)
Em 31 de dezembro de 2018			
Custo de aquisição	625 000	3 961 918	4 586 918
Depreciações acumuladas	-	(2 655 234)	(2 655 234)
Valor líquido	625 000	1 306 684	1 931 684

Conforme avaliação realizada em Outubro de 2018, o imóvel em causa foi avaliado em € 2.309.000,00, pelo que, tendo em consideração que este valor é superior ao valor contabilístico, bem como que não houve nenhuma depreciação relevante no estado de conservação do imóvel, não foi registada qualquer perda por imparidade”.

8. Locações

Em 31 de dezembro de 2018, a Empresa era locatária no contrato de locação financeira relacionado com uma viatura, o qual se encontrava denominado em euros.

A quantia escriturada líquida do ativo detido sob contrato de locação financeira é indicada abaixo:

Ativo	31-12-2018			31-12-2017		
	Ativo bruto	Depreciações acumuladas	Ativo líquido	Ativo bruto	Depreciações acumuladas	Ativo líquido
Viatura	32.660	27.216	5.444	32.660	19.051	13.609
	32.660	27.216	5.444	32.660	19.051	13.609

Os contratos de locação encontram-se denominados exclusivamente em euros.

No decurso do exercício findo em 31 de dezembro de 2018, não foram reconhecidos quaisquer gastos relacionados com rendas contingentes relativas a contratos de locação financeira.

9. Clientes

Em 31 de dezembro de 2018 e de 2017, a rubrica de clientes apresentava a seguinte composição:

Clientes	31/12/2018			31/12/2017		
	ativo bruto	imparidade acumulada	ativo líquido	ativo bruto	imparidade acumulada	ativo líquido
Conta corrente	131 539	-	131 539	111 655	-	111 655
Cobrança duvidosa	363 305	(363 305)	-	363 305	(363 305)	-
	<u>494 845</u>	<u>(363 305)</u>	<u>131 539</u>	<u>474 960</u>	<u>(363 305)</u>	<u>111 655</u>

10. Estado e outros entes públicos

Em 31 de dezembro de 2018 e de 2017 as rubricas de "Estado e outros entes públicos" apresentavam a seguinte composição:

	31-12-2018		31-12-2017	
	A ativo	Passivo	A ativo	Passivo
Imposto sobre o rendimento				
Retenções na fonte	-	-	148	-
Pagamento especial por conta	5.979	-	6.961	-
Estimativa de imposto	-	2.685	-	4.946
Imposto sobre o valor acrescentado	-	6.631	-	3.409
Retenções na fonte de IRS	-	-	-	44
Contribuições para sistemas de protecção social	-	-	-	278
	<u>5.979</u>	<u>9.316</u>	<u>7.109</u>	<u>8.677</u>

11. Outros créditos a receber e outras dívidas a pagar

Outros créditos a receber

Em 31 de dezembro de 2018 e de 2017, a rubrica de outros créditos a receber apresentava a seguinte composição:

Outros créditos a receber	31-12-2018	31-12-2017
Montante por facturar à Copidata (locação financeira)	16.441	36.457
IVA de notas crédito emitidas	1.791	3.807
Saldos devedores de fornecedores	1.124	1.275
Adiantamentos a advogados	579	579
Acréscimo de rendimentos relativos a descontos comerciais	115	115
Outros	1.167	469
	<u>21.215</u>	<u>42.702</u>

Outras dívidas a pagar

Em 31 de Dezembro de 2018 e de 2017, a rubrica de "Outras dívidas a pagar" apresentava a seguinte composição:

<u>Outras dívidas a pagar</u>	<u>31-12-2018</u>	<u>31-12-2017</u>
Acionistas	17.578	15.249
Saldos credores de clientes	862	716
Fornecedores de investimento	111	111
Credores acréscimos gastos	17.422	26.219
Pessoal	-	668
Outros	2.292	2.371
	<u>38.264</u>	<u>45.334</u>

12. Diferimentos

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, a rubrica “Diferimentos” activos tem a seguinte composição:

	<u>31-12-2018</u>	<u>31-12-2017</u>
Seguros	1.491	1.465
Outros	484	712
	<u>1.975</u>	<u>2.177</u>

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, a rubrica “Diferimentos” passivos tem a seguinte composição:

	<u>31-12-2018</u>	<u>31-12-2017</u>
Renda de Janeiro (a)	20.180	20.136
	<u>20.180</u>	<u>20.136</u>

(a) Referente ao complexo de S. João da Talha.

13. Ativos financeiros detidos para negociação

Em 31 de dezembro de 2018 e de 2017, a Empresa detinha os seguintes ativos financeiros detidos para negociação:

<u>Acções cotadas</u>	<u>País</u>	<u>Mercado</u>	<u>31-12-2018</u>	<u>variação</u>	<u>31-12-2017</u>
Mechel	Rússia	NYSE	4.203	(6.301)	10.504
Millennium bcp	Portugal	Euronext LIS	79	(15)	94
			<u>4.282</u>	<u>(6.315)</u>	<u>10.598</u>
<u>Acções não cotadas</u>	<u>País</u>	<u>Mercado</u>	<u>31-12-2018</u>	<u>variação</u>	<u>31-12-2017</u>
ENEL	Itália	N/A	-	(709)	709
			<u>-</u>	<u>(709)</u>	<u>709</u>
			<u>4.282</u>	<u>(7.025)</u>	<u>11.307</u>

14. Capital PróprioCapital subscrito

Em 31 de dezembro de 2018 e de 2017, o capital social da Empresa apresentava a seguinte composição:

	Capital subscrito			Ações próprias		
	n.º de ações	valor nominal	valor global	valor nominal	Prémios (descontos) emissão	valor global
Em 1 de janeiro de 2016	500.000	5,00	2.500.000	60.505	11.932	48.573
Redução de capital	500.000	(1,00)	(500.000)	(12.100)	-	(12.100)
Em 1 de janeiro de 2017	500.000	4,00	2.000.000	48.405	11.932	36.473
Em 1 de janeiro de 2018	500.000	4,00	2.000.000	48.405	11.932	36.473
Redução de capital	500.000	(0,40)	(200.000)	(4.840)	-	(4.840)
Em 31 de dezembro de 2018	500.000	3,60	1.800.000	43.565	11.932	31.633

Em maio de 2018, a Assembleia Geral deliberou proceder à redução do capital social da Empresa em 200.000 euros, por ajustamento do valor nominal de cada ação. Assim, em 31 de dezembro de 2018, o capital social da Litho Formas, no valor de 1.800.000 euros, era representado por 500.000 ações com o valor nominal de 3,60 euros cada.

Reservas legais

Nos termos da legislação comercial, as sociedades estão obrigadas à constituição de uma reserva legal, utilizando para o efeito um mínimo de 5% do resultado líquido de cada período, até que o valor acumulado desta reserva atinja um mínimo igual a 20% do capital subscrito. Esta reserva não está disponível para a distribuição aos accionistas, podendo apenas ser utilizada para aumentar capital ou para cobrir prejuízos acumulados.

Em 31 de dezembro de 2018 e de 2017, as reservas legais ascendiam a 381.703 euros.

Outras reservas

Em 31 de dezembro de 2018 e de 2017, o capital próprio incluía ainda reservas livres no valor de 909.596 euros.

Resultados transitados

A Assembleia Geral da Empresa deliberou aplicar o resultado líquido negativo de 2017 (no valor de 74.668 euros) em resultados transitados.

Em 31 de dezembro de 2018, os resultados transitados acumulados eram negativos no montante de 811.911 euros.

15. Provisões e passivos contingentes

A variação na rubrica de Provisões, no valor de 13.653 euros, refere-se à reversão da provisão constituída em anos anteriores, relativamente a um processo judicial, relativa a um pedido de pagamento de prémios, intentada por um anterior membro do conselho de administração, que teve o seu desfecho

final em 2018, com a absolvição da Litho Formas não existindo assim a necessidade de manter este passivo.

16. Financiamentos obtidos

Em 31 de dezembro de 2018 e de 2017, a rubrica de “Financiamentos obtidos” respeitava a passivos de locação financeira, cuja composição e detalhe é o seguinte:

Locações financeiras	31-12-2018		31-12-2017	
	corrente	não corrente	corrente	não corrente
Ativos cedidos à Copidata	14.855	-	21.404	15.058
Outros ativos	-	-	6.809	5.466
	<u>14.855</u>	<u>-</u>	<u>28.213</u>	<u>20.525</u>

Ativo	Maturidade	Custo de aquisição	31/12/2018		31/12/2017	
			corrente	não corrente	corrente	não corrente
Veículo ligeiro	jul/19	30 081	4 413	-	7 513	4 413
Veículo ligeiro	jul/19	9 864	1 447	-	2 261	1 651
Equipamento RA	nov/19	55 000	8 994	-	9 139	8 994
Equipamento Omega	jan/18	125 000	-	-	2 490	-
Veículo ligeiro	jun/19	32 660	-	-	6 809	5 466
			<u>14 855</u>	<u>-</u>	<u>28 213</u>	<u>20 525</u>

Em 2018 e em 2017, os gastos suportados com os financiamentos obtidos, no valor de 336 euros e 338 euros, respetivamente, diziam respeito a juros relativos a contratos de locação financeira.

17. Fornecedores

Em 31 de dezembro de 2018 e de 2017, a rubrica de “Fornecedores” cujos saldos eram 11.304 euros e 19558 euros, respetivamente, diziam respeito a passivos de conta corrente para com fornecedores nacionais.

18. Rédito

O rédito reconhecido pela Empresa em 2018 e em 2017 é detalhado conforme se segue:

Rédito	2018	2017
Serviços prestados	240.808	239.565
Venda de mercadorias	-	7.732
	<u>240.808</u>	<u>247.297</u>

O rédito decorrente da prestação de serviços resulta, na sua grande maioria, do arrendamento da propriedade de investimento situada em S. João da Talha à Copidata, S.A.

19. Fornecimentos e serviços externos

Em 2018 e em 2017, a rubrica de “Fornecimentos e serviços externos” é detalhada conforme se segue:

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Trabalhos especializados	58.019	54.865
Vigilância e segurança	54.000	54.000
Contencioso e notariado	3.530	1.011
Seguros	3.296	7.262
Serviços bancários	1.023	1.417
Honorários	1.000	3.180
Outros	2.166	6.502
	<u>123.034</u>	<u>128.237</u>

Os trabalhos especializados respeitam essencialmente a serviços de consultoria de gestão, no valor de 27.600 euros, dos quais 24.000 euros prestados pela Gardenia Real e 3.600 euros pela Gardenia Consulting (24.000 euros em 2017, montante respeitante a serviços da Gardenia Real), e a serviços de contabilidade, no valor de 8.224 euros (7.800 euros em 2017).

20. Gastos com o pessoal

Em 2018 e em 2017, a rubrica de “Gastos com o pessoal” é detalhada conforme se segue:

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Remunerações do pessoal	4.276	13.755
Indemnizações	2.183	-
Encargos com remunerações	1.157	2.557
Outros custos com o pessoal	76	1.509
	<u>7.692</u>	<u>17.820</u>

21. Outros rendimentos

Em 2018 e em 2017, a rubrica de “Outros rendimentos” é detalhado conforme se segue:

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Correcções relativas a períodos anteriores	2.577	38.695
Dividendos	60	30
Rendimentos suplementares	32	8.053
Outros	-	1.666
	<u>2.668</u>	<u>48.444</u>

22. Outros gastos

Em 2018 e em 2017, a composição da rubrica “Outros gastos” é detalhado conforme se segue:

	2018	2017
Impostos	16.989	8.489
Correcções relativas a exercícios anteriores	1.252	47.508
Acréscimo de gasto processo judicial (Área de Viragem)	-	17.500
Outros	-	4.916
	<u>18.241</u>	<u>78.414</u>

23. Imposto sobre o rendimento

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social), exceto quando tenham havido prejuízos fiscais, tenham sido concedidos benefícios fiscais, ou estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Deste modo, as declarações fiscais da Empresa dos anos de 2015 a 2018 poderão vir ainda ser sujeitas a revisão. A Administração da Empresa entende que as eventuais correções resultantes de revisões/inspeções por parte das autoridades fiscais àquelas declarações de impostos não terão um efeito significativo nas demonstrações financeiras de 2018 e de 2017.

O gasto com impostos sobre o rendimento em 2018 e em 2017 é detalhado conforme se segue:

	2018	2017
Imposto corrente	4.224	4.946
Impostos diferidos	(18.356)	(17.852)
	<u>(14.132)</u>	<u>(12.906)</u>
	2018	2017
Resultado antes de impostos	(20.040)	(87.574)
Gastos não aceites para efeitos fiscais	76.888	125.276
Lucro tributável	<u>56.849</u>	<u>37.702</u>
Prejuízos fiscais dedutíveis	(39.794)	(26.391)
Matéria colectável	<u>17.055</u>	<u>11.311</u>
Taxa nominal de imposto (até 15.000 euros)	17,0%	17,0%
Taxa nominal de imposto (após 15.000 euros)	21,0%	21,0%
Taxa da derrama municipal	1,5%	1,5%
Colecta	<u>2.981</u>	<u>1.923</u>
Derrama municipal:	256	170
Tributações autónomas	986	2.853
Estimativa de imposto	<u>4.224</u>	<u>4.946</u>
Reversão passivo por imposto diferido	(18.356)	(17.852)
Gasto com impostos sobre o rendimento	<u>(14.132)</u>	<u>(12.906)</u>

A data limite para a utilização dos prejuízos fiscais é como apresentada abaixo, dos quais 39.794 euros irão ser utilizados no exercício de 2018.

<u>Gerados em</u>	<u>Montante</u>	<u>Expira em</u>
2016	40.496	2028

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017 o detalhe dos passivos por impostos diferidos é como apresentado abaixo:

	<u>Passivos por imposto diferido</u>
Em 1 de Janeiro de 2017	(316 088)
Reversão impostos diferidos	17 852
Em 31 de dezembro de 2017	<u>(298 236)</u>
Reversão impostos diferidos	18 356
Em 31 de dezembro de 2018	<u>(279 881)</u>

24. Resultado por ação

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017, o resultado básico e o resultado diluído por ação foram:

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Resultado líquido do período	(5.908)	(74.668)
Número médio de ações em circulação	487.900	487.900
Resultado por ação básico	<u>(0,01)</u>	<u>(0,15)</u>
Resultado por ação diluído	<u>(0,01)</u>	<u>(0,15)</u>

Não existem instrumentos financeiros convertíveis sobre as ações da Empresa, pelo que não existe diluição do resultado.

25. Gestão do risco

A Empresa tem um programa de gestão do risco que foca a sua análise nos mercados financeiros com vista a minimizar os potenciais efeitos adversos na performance financeira.

As suas atividades estão expostas a uma variedade de factores de risco financeiro: risco de crédito e risco de liquidez.

A gestão destes riscos é conduzida de acordo com políticas aprovadas pela Administração.

Risco de crédito

O risco de crédito está essencialmente relacionado com o risco de uma contraparte falhar nas suas obrigações contratuais, resultando uma perda financeira para a Litho Formas. Os ajustamentos de imparidade para contas a receber são calculados considerando: (i) o perfil de risco do terceiro, (ii) o prazo médio de recebimento e (iii) a condição financeira do terceiro.

Risco de liquidez

A Empresa gere o risco de liquidez por duas vias: garantindo que, quando necessário, a sua dívida financeira tem uma componente de médio e longo prazo com maturidades adequadas aos ativos financiados.

26. Proposta de aplicação do resultado

A Administração propõe que o resultado líquido negativo do período findo em 31 de dezembro de 2018, no montante de 5.907,74 euros, seja levado à conta de resultados transitados.

27. Acontecimentos subsequentes


Não ocorreram outros factos ou eventos subsequentes à data do balanço e que devessem ser registados ou divulgados nas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018.

28. Outras divulgações

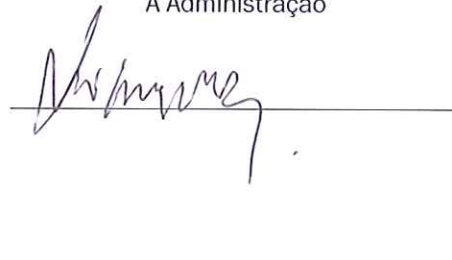
Os honorários totais faturados no período findo em 31 de dezembro de 2018 pela PKF & Associados, SROC, Lda. relacionados com a revisão legal das contas do período de 2018 ascenderam a 4.500 euros (4.500 euros, relativamente ao período de 2017).

Lisboa, 20 de fevereiro de 2019

A Contabilista Certificada



A Administração



CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas de **LITHO FORMAS, S.A.** (a Entidade), que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2018 (que evidencia um total de 2.615,65 milhares de euros e um total de capital próprio de 2.241,85 milhares de euros, incluindo um resultado líquido negativo de 5,9 milhares de euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações no capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira de **LITHO FORMAS, S.A.** em 31 de dezembro de 2018 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção *Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras* abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com as Normas de Contabilidade e Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro;

Telefone: +351 213 182 720 | Email: info@pkf.pt | www.pkf.pt

PKF & Associados, SROC, Lda. | Edifício Atrium Saldanha, Praça Duque de Saldanha, n.º 1, 4.º H e O | 1050-094 Lisboa | Contribuinte n.º 504 046 683 | Capital Social €50.000 | Inscrita na OROC sob o n.º 152 e na CMVM sob o n.º 20161462

A PKF & Associados, SROC, Lda. é membro da PKF International Limited, uma rede de sociedades legalmente independentes, a qual não aceita quaisquer responsabilidades pelos atos ou omissões de qualquer sociedade ou sociedades membro.

- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira da Entidade.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

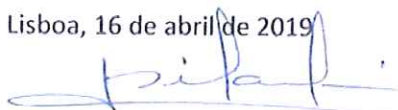
A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Dando cumprimento ao disposto na alínea e) do n.º 3 do artigo 451.º do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e apreciação sobre a Entidade, não identificámos incorreções materiais.

Lisboa, 16 de abril de 2019



PKF & Associados, SROC, Lda.
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas
Representada por
José de Sousa Santos (ROC n.º 804 / CMVM n.º 20160434)

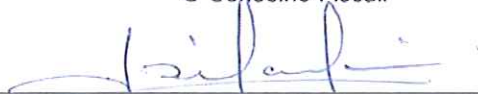
LITHO FORMAS, S.A.

RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL RELATIVO AO
EXERCÍCIO DE 2018

1. No desempenho das funções que nos estão legalmente confiadas e em harmonia com o mandato que nos foi atribuído, acompanhámos a actividade da LITHO FORMAS, S.A. durante o exercício de 2018, tendo procedido às verificações que julgámos convenientes, nomeadamente no que respeita à escrituração dos livros, registos contabilísticos e documentação de suporte, tendo obtido sempre, quer da Administração quer dos serviços, os esclarecimentos solicitados.
2. No final do exercício examinámos os documentos de prestação de contas e o Relatório de Gestão do Conselho de Administração que se encontra elaborado em obediência aos requisitos legais e em conformidade com os referidos documentos de prestação de contas, espelhando a situação da Empresa e aludindo às operações de maior significado.
3. As Demonstrações Financeiras foram examinadas pela Sociedade de Revisores Oficiais de Contas que, em consequência, emitiu a Certificação Legal das Contas sem reservas e sem ênfases, documento com o qual concordamos.
 - a) Face ao exposto, relevando as conclusões da Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, e não tendo tomado conhecimento de violação da Lei e dos Estatutos, somos do parecer que a Assembleia-geral O Relatório de Gestão do Conselho de Administração, bem como as contas por este apresentadas, relativos ao exercício de 2018;
 - b) A proposta do Conselho de Administração quanto à aplicação dos resultados.

Lisboa, 17 de abril de 2019

O Conselho Fiscal:



PKF & Associados, SROC, Lda. (Presidente)
Inscrita na Ordem dos Revisores Oficiais de Contas sob o n.º 152
Auditor registado na C.M.V.M. com o n.º 20161462
Representada por
José de Sousa Santos (ROC n.º 804 / CMVM n.º 20160434)

Maria João Cunha (Vogal)

Yvone Stolz-Longaker (Vogal)

À Administração

LITHO FORMAS, S.A.

Assunto: Memorando de Recomendações

O presente documento é preparado na sequência do nosso trabalho de auditoria às demonstrações financeiras da LITHO FORMAS, S.A. relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018, o qual decorreu com a extensão que considerámos necessária nas circunstâncias, de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA).

Como será do conhecimento de V. Exas. os nossos procedimentos de auditoria são orientados, fundamentalmente, tendo em vista o nosso principal objetivo, que é o de expressar uma opinião sobre se as demonstrações financeiras, consideradas como um todo, estão isentas de distorções materiais. É da responsabilidade da Administração assegurar, tanto quanto praticável, a aderência às políticas da gestão, a manutenção de registos contabilísticos adequados, a salvaguarda dos activos da entidade e o cumprimento de leis e regulamentos através de sistemas e controlos apropriados.

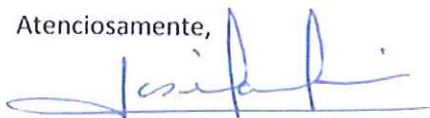
Este relatório foi preparado somente para informação da Administração e não pretende incluir todas as matérias que possam ter chegado ao nosso conhecimento, pelo que não pode ser utilizado para qualquer outra finalidade nem ser distribuído a terceiros sem a nossa prévia autorização por escrito. Efetivamente, os nossos testes de auditoria não são concebidos para detetar todos os sistemas e controlos suscetíveis de melhoria ou erros e irregularidades que possam eventualmente existir. Nos pontos seguintes apenas relatamos a V. Exas. aquelas situações identificadas no decurso do nosso trabalho e que não consideramos triviais.

De acordo com a nossa prática habitual, que tem em vista maximizar sempre a utilidade da nossa colaboração, ficamos ao inteiro dispor, para prestarmos os esclarecimentos adicionais que eventualmente, considerem úteis e necessários.

Cumpre-nos, finalmente, salientar e agradecer a cooperação que recebemos por parte dos colaboradores da LITHO FORMAS, S.A. com quem contactámos, bem como o interesse na apreciação das nossas observações.

De V. Exas.

Atenciosamente,



PKF & Associados, SROC, Lda.

Sociedade de Revisores Oficiais de Contas

Representada por

José de Sousa Santos (ROC n.º 804 / CMVM n.º 20160434)

Telefone: +351 213 182 720 | Email: info@pkf.pt | www.pkf.pt

PKF & Associados, SROC, Lda. | Edifício Atrium Saldanha, Praça Duque de Saldanha, n.º 1, 4.º H e O | 1050-094 Lisboa | Contribuinte n.º 504 046 683 | Capital Social €50.000 | Inscrita na OROC sob o n.º 152 e na CMVM sob o n.º 20161462

A PKF & Associados, SROC, Lda. é membro da PKF International Limited, uma rede de sociedades legalmente independentes, a qual não aceita quaisquer responsabilidades pelos atos ou omissões de qualquer sociedade ou sociedades membro.

Funções e Responsabilidades

A Administração é responsável pela elaboração das demonstrações financeiras, a manutenção de registos contabilísticos adequados, a salvaguarda dos ativos da Entidade e o cumprimento de leis e regulamentos através de sistemas e controlos apropriados.

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais, devido a fraude ou erro, e emitir um relatório de auditoria que inclua a nossa opinião.

Independência

De acordo com as normas deontológicas, como auditores, devemos confirmar a nossa independência aos Encarregados da Governação.

Os nossos procedimentos internos visam assegurar que todos os sócios e colaboradores estão conscientes dos relacionamentos que possam ser considerados como ameaças à objetividade e independência como auditores.

Os procedimentos exigem que os sócios responsáveis sejam informados de quaisquer questões que possam fazer pensar de forma razoável que a independência da firma e a objetividade do sócio responsável e da equipa de auditoria possa ser posta em causa.

Este documento considera essas questões no contexto da nossa auditoria para o período encerrado em 31 de dezembro de 2018.

Para além da Revisão Legal das Contas não prestámos outros serviços.

Confirmamos que o sócio responsável e os restantes membros da equipa de trabalho cumpriram os requisitos éticos relevantes relativos à independência.

Distorções não corrigidas

As normas profissionais exigem que efetuem um resumo de todas as distorções não corrigidas conhecidas e prováveis identificadas durante a auditoria, além das que consideramos triviais, e as comuniquemos ao nível apropriado da gestão. Em resultado do trabalho efetuado não foram identificadas distorções que não tenham sido objecto da respetiva correção.

Aspetos Qualitativos Significativos das Práticas Contabilísticas da Entidade

- Políticas contabilísticas

A Administração tem a responsabilidade de selecionar e aplicar políticas contabilísticas apropriadas. Um resumo das principais políticas contabilísticas adotadas pela Entidade está incluído na Nota 3 do Anexo.

Durante o exercício não foi adotada nenhuma política contabilística pela primeira vez nem ocorreu nenhuma alteração em políticas contabilísticas significativas ou na sua aplicação.

- Estimativas Contabilísticas

As estimativas contabilísticas são parte integrante das demonstrações financeiras preparadas pela Administração e baseiam-se nos seus julgamentos atuais. Esses julgamentos são normalmente baseados em conhecimento e experiência sobre eventos passados e atuais e suposições sobre eventos futuros.

Determinadas estimativas contábilísticas são particularmente sensíveis devido à sua importância para as demonstrações financeiras e à possibilidade de eventos futuros que as afetem poderem diferir significativamente dos julgamentos atuais da Administração. Um resumo das principais estimativas contábilísticas adotadas pela Entidade está incluído na Nota 3.15 do Anexo.

Declarações escritas solicitadas ao órgão de gestão

- ✓ Indagações exigidas no âmbito da (i) ISA 240 – “As responsabilidades do Auditor Relativas a Fraude numa Auditoria de Demonstrações Financeiras”, (ii) ISA 250 – “Consideração de Leis e Regulamentos numa Auditoria de Demonstrações Financeiras”, (iii) ISA 550 – “Partes relacionadas” e (iv) ISA 570 – “Continuidade”.
- ✓ Declaração do Órgão de Gestão.

